

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2022, pelas 14 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação do parecer sobre a solicitação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para que seja adotado processo de urgência relativamente à [Proposta de Lei n.º 54/XIV/1.ª \(ALRAM\)](#) – Procede à alteração do regime de seguro social voluntário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 40/89, de 1 de fevereiro, na redação atual, bem como do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na redação atual, a fim de permitir a admissão de portugueses residentes na diáspora;**

Relatora: Deputada Marta Freitas (PS)

2. **Outros assuntos.**

Aberta a [reunião](#), a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou e deu as boas-vindas a todos os presentes, entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia.

1. **Apreciação e votação do parecer sobre a solicitação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para que seja adotado processo de urgência relativamente à [Proposta de Lei n.º 54/XIV/1.ª \(ALRAM\)](#) – Procede à alteração do regime de seguro social voluntário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 40/89, de 1 de fevereiro, na redação atual, bem como do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na redação atual, a fim de permitir a admissão de portugueses residentes na diáspora;**

A Senhora Deputada Marta Freitas (PS) apresentou o [parecer](#), da sua autoria, enquadrando o pedido apresentado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM), em relação ao qual afirmou não vislumbrar qualquer elemento que fundamentasse a adoção do processo de urgência. Observou, também, que às regiões autónomas assiste o direito de fixação de ordem do dia, nos termos do artigo 169.º do Regimento da Assembleia da República (RAR). Assim, não obstante a relevância que o respetivo Grupo Parlamentar atribuía à matéria objeto da proposta de lei, disse considerar que não existiam fundamentos para que fosse dada prioridade à



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL

tramitação da iniciativa nos termos requeridos pela ALRAM, acrescentado, ainda, que a matéria em causa tem sido acompanhada pelo PS, reconhecendo a devida importância, e nesse sentido avançou ainda no presente ano com medidas como o alargamento aos emigrantes do Regime Público de Capitalização, de forma a garantir de alguma forma o seu futuro. Sem prejuízo, notou que a agenda parlamentar definida até ao final do ano inviabilizaria, de qualquer modo, a adoção de um procedimento de urgência. Concluiu referindo que nada obstava a que, em janeiro, fosse equacionado o agendamento da discussão da proposta de lei na generalidade.

O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) questionou por que motivo não era declarada a urgência, atendendo a que o Grupo Parlamentar do PS tinha acabado de a reconhecer, quando mencionou a importância da matéria e existência de problemas a resolver. A Senhora Deputada Marta Freitas (PS) retorquiu dizendo que a preocupação existia, tendo, aliás, sido apresentadas iniciativas sobre a matéria, no entanto, mantinha a argumentação anteriormente exposta, enfatizando que não existiam fundamentos para que fosse declarada a urgência do processo legislativo.

A Senhora Deputada Sara Madruga Costa (PSD) começou por referir que não era a primeira vez que se debatiam pedidos da ALRAM de conteúdo idêntico aquele, sendo que a posição do seu Grupo Parlamentar se tinha mantido e ia no sentido de considerar como um direito potestativo a faculdade das regiões autónomas requererem urgência na tramitação de certas iniciativas legislativas, pelo que a Assembleia da República não devia impedir que essa urgência fosse declarada. Acrescentou, também, que não resultava da lei uma obrigação de fundamentação do pedido, pelo que não concordava com a argumentação aduzida no parecer, em relação ao qual o respetivo Grupo Parlamentar votaria contra. Terminou salientando que o que estava em causa não era o agendamento, que cabia à Conferência de Líderes, mas sim o reconhecimento da urgência tal como solicitado pela ALRAM.

A Senhora Deputada Marta Freitas (PS) retomou o uso da palavra discordando quanto à existência de um direito potestativo e recordou que a proposta de lei tinha sido apresentada na Legislatura anterior, frisando o já mencionado direito das regiões



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL

autónomas de fixação da ordem do dia. Terminou reiterando a abertura para que, em janeiro, se desse início ao processo legislativo.

No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado com os votos a favor do PS, da IL, do PCP e do BE, os votos contra do PSD e a abstenção do CH.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 janeiro 2023.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Rui Rocha (IL)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Francisco César (PS)
Rui Cruz (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Joana Barata Lopes (PSD)
Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paula Reis (PS)
Emília Cerqueira (PSD)